

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.892 - SP (2020/0265563-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE** : **RODRIGO PANIZZA SIQUEIRA - SP173927**  
**S**

**FELIPE MORAES GALLARDO - SP215764**  
**RICARDO CHERUTI - SP290006**  
**VICTOR TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE - SP329179**

**AGRAVADO** : **JORGE ANTONIO MIGUEL YUNES - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **IVANI JOSÉ KECHFI YUNES - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS** : **ROBERTO ROMANO MIRANDA - SP166253**  
**LEILA TATIANA DE ANDRADE - SP189831**  
**SÉRGIO COSTA XAVIER - PR072055**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial., fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Exceção de pré-executividade Meio hábil para discutir a questão relativa à (i)rregularidade do trâmite administrativo e quitação do quinhão devido Desnecessidade de dilação probatória Conjunto probatório rico em elementos comprobatórios Demonstração da quitação do quinhão correspondente à parte pertencente ao agravante Inversão dos ônus sucumbenciais Honorários advocatícios fixados em R\$10.000,00 - RECURSO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial obstando na origem, alega violação do art. 16 da Lei 6.830/80, no que concerne à necessidade de dilação probatória, trazendo o seguinte argumento:

O acórdão, como se observa, desobedeceu ao disposto no art. 16, da LEF, porquanto, mesmo diante da ausência de prova de que haveria elementos aptos a permitir o reconhecimento da extinção do crédito, declarou a existência de pagamento em relação à fração ideal do recorrente e que não haveria qualquer outro elemento apto a imputá-lo a responsabilidade pelo débito.

É justamente em face desse acórdão que vem o Município de São Paulo interpor recurso especial.

[...]

A primeira questão jurídica que se põe neste recurso especial diz com a impossibilidade de se discutir, em sede de exceção de pré -

executividade, matérias que demandem dilação probatória, em atenção ao artigo 16 da Lei Federal 6.830/80

[...]

O enunciado jurisprudencial, escorado no artigo 16 da Lei Federal 6.830/80, estampa lição de direito processual, mais especificamente ligada ao interesse de agir, sob o viés da adequação. De fato, não se admite que questões que demandem dilação probatória sejam colocadas em sede de exceção, pena de se desvirtuar o caminho típico de defesa em execução fiscal (fls. 338-441).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

Antes de adentrar à questão principal, impende consignar de plano que o caso em voga pode ser discutido por via de exceção de pré- executividade. Isso porque, a matéria passível de exame em objeção de pré- executividade é a prevista no artigo 267, § 3º, do Código de Processo Civil, ou seja, vício aferível de plano e de ofício. Porém, sem embargo ao precedente parágrafo, **a jurisprudência vem ampliando o rol de temas suscetíveis de exame por meio da referida objeção, desde que a matéria prescindida de dilação probatória, o que representa o caso dos autos** (fl. 425) - grifo meu.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente